

Tematizando uma casa-grande e um engenho de açúcar: efeitos da patrimonialização e herança colonial no turismo histórico

Márcia Lopes¹

Doutoranda em Estudos Urbanos pelo Iscte e UNL

marcia_regina_lopes@iscte-iul.pt

Resumo

Este artigo analisa a tematização de uma pousada comercial localizada em um município histórico da região Centro-Oeste. Nesse aspecto, analisa principalmente esculturas alusivas a estereótipos raciais integradas à tematização. O texto argumenta que existe uma estreita associação entre história oficial, patrimônio tangível e tematização que pressupõe a vitória econômica e simbólica luso-brasileira na formação de sua historicidade. Dividido em três seções, inicialmente o texto analisa as esculturas e os ambientes da pousada. A segunda seção apresenta dados sociodemográficos do município, discute nuances na formação do patrimônio material e apresenta o perfil do turista em visita à cidade. Termina refletindo sobre turismo e mediação responsáveis, propondo tanto para turistas quanto para governos e empreendedores interessados na representação afro-brasileira alternativas para criticar a produção da historiografia e reverter padrões que têm excluído mulheres negras ativistas da elite decisória nas questões envolvendo patrimônio e turismo histórico na cidade.

Palavras-chave: turismo histórico, turismo responsável, estereótipos raciais, escravidão, tematização.

1 Mestre em Antropologia Social pela UT-Austin.

Abstract

This article analyzes the thematization of a commercial inn located in a historic city in the Midwest region. It mainly analyzes sculptures alluding to racial stereotypes integrated into the thematization. In this aspect, it argues that there is a close association between official history, tangible heritage, and thematization that presupposes the Luso-Brazilian symbolic and economic victory in shaping its historicity. Divided into three sections, initially the text analyzes the sculptures and environments of the inn. The second section presents sociodemographic data of the municipality, discusses nuances in the formation of material heritage, and presents the profile of the tourist visiting the city. It ends by reflecting on responsible tourism and mediation, proposing both for tourists as well as for government and entrepreneurs interested in Afro-Brazilian representation alternatives to criticize the production of historiography and to reverse patterns that have excluded activist Black women from the decision-making elite in matters involving heritage and historic tourism in the city.

Keywords: historical tourism, responsible tourism, racial stereotypes, slavery, thematization.

Introdução

O artigo analisa a tematização de uma pousada situada numa cidade histórica goiana do ciclo do ouro. Busca compreender possíveis efeitos da patrimonialização do tangível sobre a cadeia produtiva do turismo local tendo como base a cidade em sua contemporaneidade. Argumenta que há uma supervalorização da herança cultural portuguesa católica – em detrimento de outros elementos formadores da cultura brasileira – e uma suavização do legado escravocrata. O gatilho que desencadeia a análise são esculturas encontradas na pousada que aludem a estereótipos raciais comuns em todo o continente americano cuja origem remonta à escravidão. A metodologia utilizada envolveu observação participante e não participante, produção de material fotográfico de cunho pessoal, pesquisa bibliográfica e levantamento de dados socioeconômicos do município e do estado de Goiás em diversos bancos de dados públicos. O nome da cidade visitada e da pousada foram omitidos para proteger seu anonimato. Nenhuma pessoa foi convidada a participar do estudo tampouco o estabelecimento foi informado acerca da pesquisa, portanto também não se obteve dos gestores da pousada permissão para realizar qualquer procedimento. Os dados foram coletados a partir da experiência pessoal

de turista e hóspede no município, uma escolha motivada pelo apreço à sua hospitalidade².

As imagens das esculturas não serão exibidas, permitindo que a leitora ou o leitor as imagine no ambiente tematizado. O objetivo principal é visionar formas responsáveis de interação entre quem assiste e o que é assistido e, desse modo, problematizar o turismo e a supressão da criticidade esperada dos períodos temporais dedicados ao descanso e lazer – férias, feriados e finais de semana (Baptista 2016: 349-363). Não será feita análise imagética por ver nisso a reatualização daquilo que se problematiza (Goldberg 1994: 185-205; Mills 1997: 9-40; Sullivan & Tuana 2007). Dividido em três seções, o artigo inicia descrevendo o ambiente tematizado e questionando a associação dos frescos da vida na cidade ao cativo, porque parece pressupor que a escravidão foi o preço inevitável a pagar para usufruir da existência simulada na pousada. Em seguida, analisa dados da cidade, explora nuances da formação do seu patrimônio material e o perfil do turista para concluir que prevalece a associação entre história e herança imaterial e material da matriz civilizatória portuguesa. Na última seção, ensaia possibilidades para turistas, órgãos públicos e empreendedores contribuírem na formulação de políticas de patrimônio e de turismo histórico comprometidas com o ajuste da imagem afro-brasileira, principalmente das mulheres negras, e com o incremento da participação dos movimentos feministas negros nas decisões políticas e oportunidades econômicas dessas atividades (Albernaz 2020: 1-19; Baron 2019: 235-251; Silva 2019).

Descobrimo a tematização: as esculturas e os ambientes da pousada

Esta seção inicial apresenta as esculturas alusivas aos estereótipos raciais “*mammies*” ou “mães pretas”, “Uncles Tom” ou “pretos velhos” e à imagem de Nossa Senhora Aparecida analisadas como componentes do ambiente tematizado. A seção ainda adentra, a partir de contribuições de Nelson (2001), um rico debate sobre a (im)possibilidade de representar o corpo negro nas artes plásticas que valorizam a literalidade, como o neoclassicismo. O texto sugere que prevaleceu na ambientação da pousada uma versão da diversidade racial brasileira que corrobora o entendimento histórico hegemônico apresentado pelos órgãos do patrimônio e empreendedorismo do turismo local. Tal versão da história supervaloriza a contribuição luso-brasileira e inferioriza a contribuição de outras matrizes civilizatórias formadoras daquela “comunidade imaginada” lembrando o mito da democracia racial e

2 Uma versão resumida do texto foi apresentada no Simpósio *Performance, Race, Violence, and the Body* em cumprimento dos requisitos avaliativos da disciplina de mes-mo título e publicada em inglês em 2009 no periódico informal dos estudantes da pós-graduação *Text, Practice, Performance* financiado pelo Américo Paredes Center for Cultural Studies.

até mesmo as correntes eugenistas (Anderson 1991: 163-186; Schwarcz 1994: 137-152).

Tematização é, no texto, entendida como a técnica utilizada na criação do ambiente aludindo a uma casa-grande e a um engenho de açúcar mantendo forte apelo à autenticidade da representação pela ligação estreita que mantém com a história oficial do lugar. A tematização está associada à pós-modernidade, ou seja, ao momento que nas sociedades ditas pós-industriais se inicia no final de 1950 e que, dentre outras características, critica as grandes narrativas e os sistemas de validação do conhecimento científico. (Baudrillard [1981]1991: 7-57). Para Beardsworth e Bryman (1999: 228-257), tematização alude ao conceito de “*quasification*”, que seria “a general process of fabricating an environment which can be experienced *as if it were something other* than the mere mechanism of its mundane production” (1999: 248-249, grifos do autor). Permite ao consumidor satisfação emocional e estética ocasionada ao fingir participar de dada experiência enquanto mantém-se em segurança na própria realidade e podendo obter disso ganhos simbólicos e aprendizagens (Featherstone 1990: 5-22).

A primeira visão problematizada das esculturas foi acionada pelo comentário de um afro-americano também em viagem de turismo. Quando pôs os olhos nas esculturas, exclamou “É uma *sexy mammy!*” e sorriu ironicamente. “*Sexy*” pôde ser justificado como nuance na representação do estereótipo racial “*mammy*” nos Estados Unidos e “mãe preta” no Brasil (Araújo 2000). A estátua da “mãe preta” tomou forma em um vistoso vestido vermelho, cabelos envoltos por um igualmente vibrante lenço amarelo e em mãos segurando uma cesta de flores comuns. Estava na entrada principal que levava ao jardim como que recepcionando quem chegasse. Outra estava na área das refeições. Nesse ambiente, pratos de antigas receitas eram servidos. Ao invés de numa mesa, as opulentas guloseimas estavam zelosamente dispostas num carro de boi bem polido e restaurado. Antigos utensílios domésticos e seus correspondentes contemporâneos foram arranjados nas paredes de modo que foi intuitivo estabelecer a comparação. O lugar era aprazível, mas, em meio a isso – como coadjuvantes no cenário –, as esculturas representavam afro-brasileiras escravizadas.

O comentário sobre a escultura desencadeou uma percepção racial desativada e daquele momento em diante mais estátuas tornaram-se visíveis. Eram praticamente idênticas, exibindo ligeiras variações como cores dos lenços, e vestidos e penteados. O artigo analisa essas esculturas e outras que serão apresentadas à medida que são também tornadas conhecidas as ambientações que compõem a pousada. As esculturas representam estereótipos raciais. Segundo Hall, estereótipo é:

[the] “part of the maintenance of social and symbolic order. It sets up a symbolic frontier between the ‘normal’ and the ‘deviant’, the ‘normal’ and the ‘pathological’, the ‘acceptable’ and the ‘unacceptable’, what ‘belongs’ and what does not or is ‘Other’, between ‘insiders’ and ‘outsiders’, Us and Them. It facilitates the ‘binding’ or bonding together of all of Us who are ‘normal’ into one ‘imagined community’; and it sends into symbolic exile all of Them - ‘the Others’ - who are in some way different – ‘beyond the pale’” (Hall 1997b: 258).

O conceito ficará mais inteligível no decorrer do texto, mas por hora pode-se afirmar que são práticas valorativas desumanizadoras. Segundo Hill Collins (2000: 69-96), “*mammies*”, ou “mães pretas” e “namoradeiras” no Brasil, têm origem na escravidão, quando mulheres de ascendência africana escravizadas eram obrigadas a cuidar das crianças das sinhás em detrimento dos cuidados com os próprios filhos.

Grande parte do trabalho das babás ou empregadas domésticas não é remunerado ou é precariamente remunerado, a exemplo do que acontece com as profissões tidas como femininas, pois o cuidado é encarado como atributo natural das mulheres, e não como competência aprendida. “*Mammies*” são *controlling images* porque representam mal mulheres negras trabalhadoras domésticas desde a escravidão (Hill Collins 2000: 69-96). A cultura de massa se vale de inúmeras variações e releituras dessas imagens que controlam a representação das mulheres negras³. Ou seja, na cultura popular não faltam representações estereotipadas das mulheres negras. Somente à medida que rompem hierarquias tornando-se chefes, juízas, cirurgiãs etc., as mulheres negras podem enriquecer essas representações. “Mães pretas” simbolizam mulheres negras despretensiosas e bondosas, que só existem no desempenho de suas profissões, exercendo-as por instinto. São comuns aos regimes escravistas nas Américas.

Na cultura popular, como nas novelas, são também personagens autoritárias, aproximando-se de outra imagem comum, que é a “matriarca” (Hill Collins 2000: 69-96). Sua função é apoiar personagens protagonistas. Como *sidekicks*, possuem a aceitação do público, que lhe é bastante simpático⁴.

Não são problematizáveis pelo telespectador mediano, o que torna difícil sua plena identificação com o que até pouco tempo atrás eram os poucos papéis para atrizes negras na televisão e no cinema comerciais. Possuem relevância na trama porque estabilizam

3 O documentário “A negação do Brasil” (2000), o drama “As filhas do vento” (2004), de Joel Zito Araújo, e a comédia “Bamboozled” (2000), de Spike Lee, abordam tro-pos raciais.

4 Exceto pelo fato de haver atrizes brilhantes que conseguem roubar mesmo as cenas não feitas para elas, como Hattie McDaniel, ganhadora da estatueta de melhor atriz coadjuvante na premiação do Oscar de 1940, não há muito a ser feito com papéis se-cundários.

o enredo, mantendo-o circunscrito àquilo que o senso comum está habituado. Por isso, reproduzem as relações sociais tais como estão. Pierre (2006: 39-61), que analisou textos clássicos da antropologia à luz da obra de Toni Morrison, explica que a “presença africanista” no cânone é um recurso do escritor ficcional ou acadêmico para calibrar a visão de mundo da protagonista ou do antropólogo brancos (Morrison 1992: 110).

Além das “*mammies*” ou “namoradeiras”, havia outras estatuetas classificáveis como “Uncle Tom” nos Estados Unidos ou “pretos velhos” no Brasil, como sugere Araújo (2000). “Uncle Tom” é um termo derogatório utilizado para ofender homens negros ao representá-los como excessivamente obedientes. Intrigou o fato de em uma delas a única parte em tamanho real ser a corrente que envolvia os pés, reportando à escravidão. As diminutas esculturas dos homens negros, diferentemente das “*mammies*”, estavam distantes da área central e do jardim. Estavam numa pequena área decorada com tachos de cobre, como os utilizados na cozedura do melado de cana na fabricação do açúcar. A área de hospedagem era dividida em blocos e a réplica da moenda localizava-se entre eles. As edificações – mesmo suas partes mais recentes – em estilo colonial, os utensílios domésticos, as ferramentas da lavoura recriavam ambientes da casa-grande e do engenho, imiscuindo-os de elementos prazerosos como fartura e conexão com a natureza.

Alguém poderia questionar que, sendo as estátuas artesanais, não seria nem justo nem adequado analisá-las enquanto representações raciais. Entretanto, estarem mais ou menos próximas àquilo entendido por arte superior não é fortuito, mas central para compreender a hierarquização na forma como corpos negros ou brancos foram representados nas artes. Algumas escolas, como a neoclássica do século XIX, tentavam representar a realidade e criar uma obra perfeita, cujo imperativo moral subjacente, como ressalta Nelson (2001: 415), repousava na pressuposição da universalidade e no valor estético supremo do corpo branco. Nelson argumenta que evitar esculpir o corpo negro envolvia, dentre muitas técnicas, seguir um sistema classificatório similar ao racial americano, de modo que nos casos em que o escravo – ou mais apropriadamente a escrava – é representado, se tinha o cuidado de não exceder em aparência a regra *one drop rule*. A escultura da mulher escravizada não poderia ser mais que 1/8 negra, como no caso de *Octoroon* (1868), de John Bell⁵.

Diferentemente dos neoclássicos, os modernistas não tinham qualquer interesse na manutenção da literalidade. Na tentativa de valorizar o que havia de legitimamente nacional e apresentar uma obra justa com a contribuição da matriz africana à cultura

5 Em 2014, uma emissora de televisão envolveu-se numa polêmica ao rescindir o con-trato de Nayara Justino, eleita nova Globeleza. A emissora alegou que ela era uma mulher negra muito escura para o papel. Para seu lugar, escolheu uma mulher negra mais clara.

brasileira, feito não alcançado por outros estilos de época, também resvalaram nos tropos da história colonial. Basta conferir obras como *A negra* (1923), de Tarsila do Amaral, *Café* (1935), de Cândido Portinari, e mesmo o texto literário *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade. Ademais, se de fato não houvesse um viés racial – mesmo que inconsciente – na escolha das peças, as estátuas poderiam ser clássicas ou neoclássicas. Desse modo, a tematização, ao empregar as esculturas, corrobora a hierarquização do ideal estético no qual seria mais difícil a negritude ser representada pelos neoclássicos que pelos modernistas e, portanto, muito mais presente no artesanato⁶.

A história nacional também ajuda a compreender o apelo desumanizador manifestado nas esculturas. Nesse sentido, vale compreender a resposta do cenário à etiqueta racial vigente. As esculturas, mesmo envolvendo estereótipos, são uma tentativa de dissuadir o racismo. Nessa versão da história, preconceituoso é não ter em nenhum lugar a presença africana. O papel da mulher negra simbolizado pelas esculturas, central para presumivelmente dissuadir o racismo, é também central para a história do país. A questão é: que papel é esse? Schwarcz (1994: 137-152) comenta que na virada do século XIX para o século XX, o debate sobre raça no Brasil estava polarizado entre as escolas de medicina (Bahia e Rio de Janeiro) e as escolas de direito (Recife e São Paulo). No cerne do debate estava o suposto fato de que o país recém-saído da escravidão havia sido degenerado pela mistura das raças.

Essa miscigenação, décadas à frente, seria celebrada por Freyre ([1933] 2003) como prova do caráter mais benevolente da escravidão no Brasil e depois desbancada por Nascimento (1989: 57-90) a partir das suas teses de genocídio negro. Sendo o Brasil uma colônia de exploração, havia um déficit populacional de mulheres europeias, o que levou colonizadores a manterem relacionamentos assimétricos com mulheres de ascendência africana⁷.

Para a elite nos primórdios do século XX, o futuro dependia de reformas sanitárias, urbanizadoras e migratórias (Azevedo 1987: 17-32). Concomitantemente, o futuro da nação dependia de políticas reprodutivas e de manter controle biológico sobre a mulher negra – através do planejamento familiar, de esterilizações forçadas e de práticas representacionais patologizantes (Araújo 2000; Caldwell 2007; Santos 2008: 119; Hill Collins 2000: 69-96). Portanto, subjacente à mestiçagem romantizada por Freyre, como Pierre (2006: 39-61) adverte, havia mais que discurso. Por isso, desarticular os

6 A obra de Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1831), foi influenciada pelo neoclassicismo (Leenhardt 2013: 509-523). Apesar da importância das suas litografias e aquarelas, não se pode negar que em muitos momentos o artista francês também imprime traços desumanizadores nos personagens africanos de suas cenas.

7 A literatura brasileira é permeada de relacionamentos similares. Um bom exemplo é o casal João Romão e Bertoleza, do romance naturalista *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890).

mecanismos do racismo exige mais que a suposta celebração da diversidade tematizada na pousada (Goldberg 1994: 185-205; Mills 1997: 9-40).

Convém mencionar mais um importante elemento temático: a imagem de Nossa Senhora Aparecida. A pousada era formada por blocos de cabanas rústicas circundando e voltadas para o jardim onde mais “*mammies*” foram instaladas. No jardim, árvores frutíferas criavam uma generosa área verde aproveitada por redes e veículos dos hóspedes. Em seu núcleo, havia uma piscina e ligeiramente acima foi construída uma capela. No altar da capela havia uma imagem da santa católica padroeira do Brasil. Como propõe Vargas (2004: 443-470), embora preconceituosos, brasileiros têm preconceito de ter preconceito. Trata-se de um discurso que nega importância ao pertencimento racial na definição das relações interpessoais. Portanto, para entender o discurso de raça no país deve-se considerar que ele normalmente passa pela sua negação.

Não seria incomum acionar um antepassado de ascendência africana ou lembrar alguma canção que exalta a morenidade quando fosse apropriado. Mas essa celebração pararia por aí. No cotidiano, há aceitação tácita das hierarquias nas quais afro-brasileiros são minorias em posições de prestígio e nos ideais estético-culturais. O padrão de beleza nacional ainda supervaloriza elementos fisionômicos como pele, cabelos e olhos claros, traços finos, cabelos lisos, mais comuns entre pessoas de ascendência europeia. Desse modo, uma santa negra como Nossa Senhora Aparecida, *token* entre os santos, ainda que importante no dimensionamento da contribuição africana para a história nacional não livra a tematização de sua cumplicidade com a desumanização incentivada pelos estereótipos presentes no artesanato, na arte ou na cultura popular etc. Essa forte presença negra no catolicismo tematizado na pousada é um sinal positivo na batalha ideológica pelo respeito ao legado africano, mas não é suficiente para liberar a tematização da cumplicidade com o racismo.

Os rótulos raciais das esculturas surgiram na escravidão para criar inferiorização racial, mas circularam e circulam em contextos racistas abertos como Apartheid e Jim Crow, em contextos velados onde prevaleceram políticas de branqueamento e genocídio e mesmo em sociedades que não viveram o colonialismo/escravismo. Entendimento *bottom-line* suportado pelo artigo seria o de que se a experiência brasileira não foi – e não é – antirracista, então não foi diferente de Apartheid ou Jim Crow. O controle da representação é uma disputa não superada para afro-brasileiros. O artigo objetiva contribuir para desarticular mecanismos da representação patologizante a partir do argumento de que todos estamos contemporaneamente implicados na produção de conhecimento e em práticas cúmplices com o racismo (Boodman 2017; Hesse 1997: 85-102; Pierre 2006: 39-

61; Sullivan & Tuana 2007). Como argumenta Bento (2002: 25-58), é um erro achar que cabe aos afro-brasileiros resolver as dissonâncias cognitivas ocasionadas pelo racismo.

A cidade, o patrimônio e o turista

Esta seção, composta por três partes, primeiramente contextualiza o surgimento da cidade e apresenta dados sociodemográficos. A segunda parte destaca que o sucesso das políticas de patrimônio e do empreendedorismo turístico se deu sem incorporação da crítica dos movimentos sociais nos últimos 20 anos e sem a participação visível de afro-brasileiras com bagagem nesses movimentos nas instâncias decisivas. A última seção analisa o perfil do turista em visita à cidade para lembrar da importância do lugar de fala e do conhecimento situado nas estratégias antirracismo. Encerra-se destacando ser um equívoco achar que a luta pela igualdade racial é apenas negra, pois não faltam situações em que todos estamos como turistas, agentes do setor público ou empreendedores implicados nas reproduções de desigualdades.

De acordo com o Censo de 2010, trata-se de um município formado por um contingente populacional cuja maioria – formada por pardos, brancos, pretos, amarelos e indígenas – auferia rendimentos mensais de até dois salários-mínimos, havendo uma pequena elite formada por brancos e alguns indivíduos pardos com rendimentos mensais acima de 15 salários-mínimos⁸. Isso significa que, até 2010, os setores de patrimônio e turismo potencializaram suas vantagens, tornando a cidade, após décadas de estagnação, em destino do turismo histórico, atraindo considerável atenção de possuidores do tempo livre sem que essa nova potencialidade econômica tivesse afetado as dinâmicas de perpetuação das desigualdades. Ou seja, continuamente criou uma pequena elite de indivíduos majoritariamente brancos e uma massa populacional de pessoas em condição de pobreza ou de classe média baixa na qual afro-brasileiros estão super-representados.

A cidade integra o grupo de municípios históricos goianos e mato-grossenses, localizando-se nas proximidades de duas metrópoles da região Centro-Oeste, cidades planejadas a partir da arquitetura e do urbanismo modernista – Goiânia e Brasília. Os portugueses e seus descendentes (e africanos e seus descendentes) chegaram à região nas primeiras décadas do século XVIII, dando início às explorações mineradoras (Furtado 1999; McCreery 2006: 1-23)⁹.

8 Para acessar os dados do estado de Goiás, cf. Portal do IBGE. Disponível em <https://bit.ly/3n9TVRB>. Acesso em 10 de abril de 2021.

9 O regime colonial no Brasil estendeu-se desde a chegada dos portugueses até 1822 – quando o Brasil

Por volta de 1800, as minas entram em decadência e a agricultura, associada ao comércio, torna-se seu sustentáculo econômico. Na virada para o século XX, as rotas comerciais movem-se para outros municípios e a economia estagna. Tanto a criação de Goiânia (1930-1934) quanto a de Brasília (1957-1960) exercem influência sobre a economia do município, dinamizando atividades relacionadas à extração de quartzolite (Azevedo & Alves 2010: 87-101).

As comunidades ecológicas e místicas chegam na década de 1980 e formam ecovilas sustentáveis. Somente a partir da década de 1990 torna-se atração turística. As notícias sobre a pequena cidade se espalham, atraindo turistas, futuros empreendedores e moradores para o lugar. Baseado nas observações realizadas nas visitas ao município, foi possível notar que o estabelecimento desses influentes novos habitantes não diminuiu o prestígio das famílias tradicionais. Pode-se dizer que a promoção e manutenção do turismo histórico demandou influência econômica e política especialmente dos residentes tradicionais de origem portuguesa e católica, cuja presença oficialmente conhecida e valorizada está em todos os lugares: da arquitetura, passando pela arte e culinária, e englobando as celebrações.

Os índices de qualidade de vida e distribuição de renda melhoraram segundo os últimos censos, mas a pobreza é um problema. O Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH-M) era 0,388 em 1991; 0,556 em 2000; e 0,693 em 2010¹⁰. Comparar o perfil socioeconômico do município com o do país permite melhor compreender o significado desses dados. Segundo o United Nations Development Programme (UNDP), em 2019 o IDH do Brasil era 0,761¹¹. Nos últimos censos, esses números falavam de um país muito mais pobre: era 0,492 em 1991; 0,612 em 2000; e 0,727 em 2010. Portanto, em todos os anos analisados, o IDH do município esteve abaixo do IDH do país. Em 1991, o município estava no grupo de muito baixo desenvolvimento humano, e em 2000 e 2010 estava no grupo de médio desenvolvimento humano. Já o Brasil desde 2010 sustenta-se entre os países de IDH elevado – com índices entre 0,700 e 0,799. A partir dos dados do último censo também foi possível investigar sua composição racial, como pode ser visto no gráfico abaixo.

foi elevado ao status de império. A escravidão durou até 1888. Entre-tanto, o colonialismo é entendido como um processo mais amplo de dominação política, econômica e social e mesmo da produção de conhecimento (Césaire 1978).

10 Para acessar os dados do estado de Goiás, cf. Portal do IBGE. Disponível em <https://bit.ly/3n9TVRB> Acesso em 10 de abril de 2021.

11 O UNDP disponibilizou síntese dos dados do Brasil, cf. “Human Development Re-ports: Brazil”. Disponível em: <https://bit.ly/2G9lWb7> Acesso em 10 de abril de 2021.

Distribuição dos grupos de renda por cor/raça

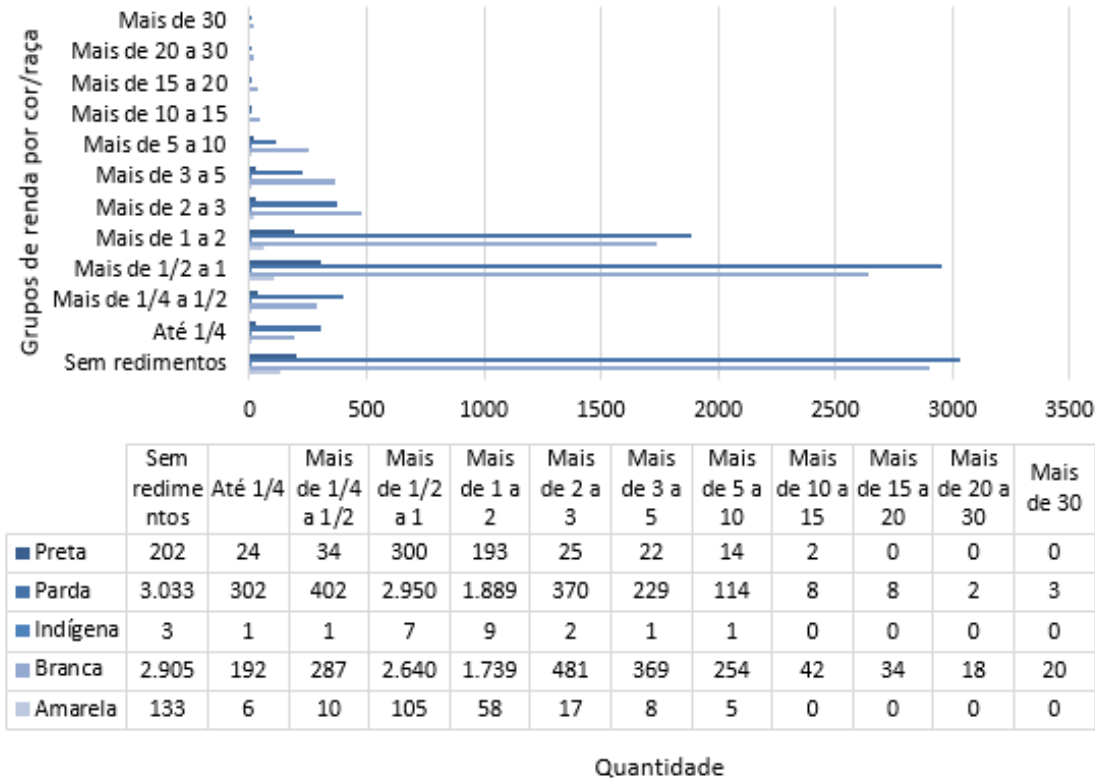


Figura 1: Distribuição dos grupos de renda segundo critério cor/raça

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo IBGE (2010).

Depreende-se dos dados que a maior parte da população, composta por indivíduos de 10 anos de idade ou mais, auferia rendimentos mensais de até no máximo dois salários-mínimos. Havia pouquíssimos indivíduos classificados nos grupos a partir de mais de 10 salários-mínimos. Não havia nenhum indivíduo de cor preta, amarela ou indígena nos grupos de rendimentos a partir de mais de 15 salários-mínimos. Apenas indivíduos brancos e pardos adentraram esses grupos. Entretanto, deve-se ponderar que o grupo pardo forma o maior contingente populacional do município, estando à frente até mesmo do total de indivíduos brancos e que também é a maioria dos enquadrados no grupo de sem rendimentos. Desse modo, os grupos pardo e preto, formando a população afro-brasileira, juntamente com os grupos indígena e amarelo, estavam em desvantagem econômica quando comparados ao grupo branco. Isso não significa que apenas a elite econômica, quer como gestora pública quer como empreendedora privada, participa nas atividades do turismo histórico, nem que essa constitui sua principal fonte de renda.

No censo de 2010, a população girava em torno de 23 mil pessoas, estando em 2020 estimada em aproximadamente 25 mil habitantes. Comparado a outros municípios de tamanho similar, sobressai-se pela exploração do potencial turístico, cuja competitividade oscila entre os níveis 3 e 4 na escala do Ministério do Turismo.¹² Mesmo que em relação a outros municípios se destaque pela relativa complexidade urbana e presença de serviços e equipamentos públicos, ainda apresenta desafios no campo da educação. Por exemplo, o acesso ao ensino superior foi por muito tempo um problema. Até hoje, a cidade conta com poucas filiais de faculdades privadas e só em 2006 recebeu um *campus* da universidade estadual. Antes disso era necessário, mesmo para a elite, deslocar-se para as capitais se quisesse frequentar universidades mais capacitadas.

Patrimônio e turismo histórico como vitória simbólica e econômica branca

Os órgãos do patrimônio souberam capitalizar potenciais históricos através de diversas intervenções arquitetônicas e urbanísticas ao longo das duas últimas décadas, criando ou reforçando a atratividade do chamado centro histórico. Já o empreendedorismo local trabalhou no sentido de criar infraestruturas de bens e serviços para atender a demanda turística, como pousadas, *hostels* e restaurantes. Juntos, esses setores têm conseguido com êxito implementar principalmente uma agenda de *marketing* histórico da cidade, que gradualmente a capacita para o ingresso no competitivo mercado do turismo global. Isso ocorreu sem que tenha havido um questionamento incisivo e crítico acerca do legado escravocrata e sem possibilitar aos afro-brasileiros acesso a posições estratégicas nas novas oportunidades econômicas emergentes (Forti 2017: 80-102; Jacques 2003: 32-39; Sá Barreto & Medeiros 2020: 667-691; Tanaka *et al.* 2018).

Sobre as políticas de patrimônio, o arruinamento da igreja católica negra é um nítido exemplo da seletividade das ações. Conversas com moradores revelaram que assimetrias de poder se fizeram inegáveis na preservação arquitetônica. Informaram que havia uma igreja católica para o culto de africanos e descendentes, porque eram impedidos de frequentar igrejas reservadas às elites. Construída de frente para a igreja matriz, do templo negro restam poucos e dispersos vestígios. Sua gradual ruína e consequente dissipação na paisagem do centro demonstram que a inação preservacionista desvaneceu a materialidade arquitetônica da opressão, deixando a localidade para ser interpretada

12 Embora não seja um estudo recente, o Ministério do Turismo, o Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas construíram um índice que mensura a competitividade do município no turismo. Para acessar os dados de 2015, cf. "Índice de competitividade do turismo nacional - 2015". Disponível em <https://bit.ly/3t5Ri5E> Acesso em 10 de abril de 2021.

como região na qual prevalece a matriz portuguesa católica e livrando-a das construções que evidenciavam o disciplinamento impostos aos demais grupos civilizatórios. Se preservada, a igreja negra seria testemunho do cotidiano não laboral dos afro-brasileiros num contexto de segregação racial. Como explica Foucault, a história não é em si; antes, “rompe o instante e dispersa o sujeito em uma pluralidade de posições possíveis” ([1971]1999: 58). Portanto, todo sentido é uma imposição que violenta as coisas e todo sentido pode ser provisório. Os órgãos de patrimônio e outros atores locais são agentes privilegiados na imposição desses sentidos. Por isso, não se deve perder de vista que o discurso é também aquilo que se busca, não funciona apenas como tradutor das lutas (Boyer 1994: 129–202; Foucault [1971] 1999).

Quando uma paisagem cultural, uma edificação ou um conjunto arquitetônico tornam-se patrimônio, a suposição tácita é que, como argumenta Sant’anna (2015), alcançaram novo patamar existencial. Passam a ter valor transcendental e coletivo. Se deixam de existir, supostamente não tinham valor de patrimônio. Mas, de fato história é imposição de sentidos, como argumenta Foucault ([1971]1999), e o patrimônio transmite esses sentidos pelo apelo à perenidade da sua representação no tempo, como sugere Jeudy (2006). As políticas de patrimônio e de turismo reatualizam as hierarquias ao se tornarem atividades econômica e simbolicamente lucrativas apenas para a elite majoritariamente branca local, que pode manejar seu capital racial, simbólico e econômico na imposição dos sentidos e não se ver implicada na perpetuação das desigualdades. Da maneira como estão, impõem, para Bento (2002: 25-58), exclusão moral. Segundo a psicóloga, afro-brasileiros são colocados à margem e impedidos de participar das zonas morais – que seriam as zonas de decisão sobre as políticas de patrimônio e turismo. Na melhor das hipóteses, até poderiam delas participar na condição de reforçar a hegemonia em curso (Bento 2002: 25-58).

O turista: das metrópoles à pequena cidade histórica

A cidade nunca foi visitada durante as festas tradicionais, optando-se sempre por viagens de finais de semana durante meses de férias. Ao longo de duas décadas, popularizou-se entre os destinos turísticos. Se inicialmente esses grupos eram restritos e elitizados, predominando turistas brancos da classe média-alta, passada uma década, seu perfil já tinha se diversificado de maneira significativa. Esse entendimento foi também reforçado em conversas com moradores e trabalhadores locais. A mudança no perfil pode ser explicada pela publicidade de “boca em boca” feita pelos primeiros visitantes, pela

cobertura midiática dos jornais de circulação regional e pelo próprio *marketing* da cidade. Mesmo com diversificação, as observações indicam a hegemonia do pertencimento à classe média e média-alta branca, talvez católica, do turista normalmente atraído pela cidade. Casais, grupos de amigos e famílias provenientes de Goiânia e Brasília são os perfis mais comuns dos turistas durante finais de semanas regulares, cambiando para grupos jovens durante festividades como Carnaval, Réveillon e Semana Santa.

Se são experiências que possam contrastar com aquelas vivenciadas nas metrópoles próximas o que buscam os turistas, na pequena cidade não faltam opções. Existem alternativas voltadas às festas católicas, ao ecoturismo, à gastronomia e à arquitetura. Setores públicos e o empreendedorismo privado investem em programações para usufruto do tempo livre que potencializam nesses roteiros diferenças em relação aos grandes centros. O apelo à historicidade é, sem dúvidas, o diferencial mais marcante (Baptista 2016: 349-363; Coelho & Valva 2010: 204-215; Farias, Souza & Coelho 2018: 1-17; Freitag 2003: 115-126; Holston 1989; Jacques 2003: 32-39). Hospitalidade em oposição à liberação e tradicionalismo em oposição ao anonimato também contam como fatores que diferenciam a pequena cidade histórica de cidades como Goiânia e Brasília (Simmel, 1969: 47-60). Entretanto, isso ocorre deixando praticamente intocados os padrões epistemológicos que circulam globalmente aos quais estão habituados tanto moradores das metrópoles quanto da cidade histórica, capacitando-os à apreciação passiva da cultura dominante local (Allis 2016: 94-117; Carrington 2012: 961-970; Dávila 2003: 21-51; Goulart 2020: 147-173; Hall 1997b: 223-290).

Como será apresentado na próxima seção, é importante destacar que a mentalidade racial preponderante não é exclusiva de pessoas brancas com poder aquisitivo. Todos, sem exceção, somos mais ou menos afetados pelas mesmas dinâmicas raciais. Funcionando em escalas bastante amplas, essas imagens de mulheres e homens negros circulam entre os continentes através da publicidade, como destaca Hall (1997a: 15-30; 1997b: 223-290); da antropologia e da literatura, como apresentam Pierre (2006: 39-61), Morrison (1992) e Vieira (2019: 154-160); da escultura como ressalta Nelson (2001); dos esportes, como lembra Carrington (2012: 961-970); e da cultura popular, como ressaltam Araújo (2000) e Hill Collins (2000: 69-96). Por isso, é possível tematizar casas-grandes, engenhos de açúcar e reforçar estereótipos raciais sem ocasionar mobilização na opinião pública. A mentalidade presente nas dinâmicas dos órgãos públicos e do setor privado deixa espaço residual à democracia participativa e à participação afro-brasileira engajada nos planos simbólicos e nas oportunidades econômicas do turismo histórico. De fato, por residualmente adentrarem no campo das oportunidades econômicas, não puderam

reforçar sua perspectiva identitária ou seu lugar de fala ao longo da história nacional (Haraway 1988: 575-599; Foucault [1971] 1999).

Turistas e mediação responsáveis

Nesta seção, são apresentadas alternativas para problematizar o legado escravocrata no turismo histórico. Visitantes têm importância fundamental para a consolidação dessas alternativas, porque muito da atenção econômica se concentra no consumo. Se consumidores podem exercer pressão sobre a oferta de bens e serviços, não é motivo para isentar gestores públicos e empreendedores de responsabilidades em garantir mais participação afro-brasileira nas decisões envolvendo o turismo histórico. Por isso, a seção também analisa caminhos que governos e empreendedores têm seguido para incorporar demandas encaminhadas pelo público consumidor.

Turistas das cidades históricas precisam contar com boa dose de criticidade e estarem sempre atentas ou atentos aos pressupostos implícitos em práticas arraigadas nas comunidades anfitriãs. Só o fato de sair do ambiente familiar já significa rupturas de sentido significativas e isso favorece a percepção de limitações cognitivas que definem as valorações sociais alheias ou próprias. Qualquer pessoa na condição de turista deve estar atenta a essas questões, compreendendo sua *positionality*, ou seja, seu lugar de fala ou sua perspectiva (Pierre 2008: 115-135; Haraway 1988: 575-599). “Audiência responsável”, tradução livre para *responsible viewership*, é o conceito que dá conta desses questionamentos e no texto está em diálogo com a obra de Nelson (2001; 2007: 45-55). Foi traduzido como sinônimo de recepção, audiência, público ou plateia. Nos estudos de comunicação, há um termo de teor similar, *spectatorship*, que é o conceito explorado por Chouliaraki (2006: 97-117) para endereçar a reação dos telespectadores às notícias. Criar um público responsável envolve tanto o protagonismo do turista quanto do poder público e dos empreendedores do turismo histórico, porque a mediação não apenas age sobre o público, mas o constitui.

Turistas responsáveis

Do lado do turista, ao considerar que tais artefatos estão ali para serem apreciados, para acrescentarem informações em algum momento julgadas relevantes, é necessário apreciá-los como se arte fosse. Como sugere Nelson (2001; 2007: 45-55), a primeira forma de antever um público responsável é colocar em evidência o papel da apreciação. Exames da representação, como o das esculturas encontradas na pousada, exigem do turista histórico

uma postura de apreciação crítica similar àquela dos visitantes das galerias de arte. Opção para turistas conscientes é treinar o olhar para a percepção dos pressupostos raciais nessas interações mesmo em momentos, ou especialmente em momentos, nos quais o primeiro impulso consiste em ignorá-los ou em deliberadamente evitar problematizações (Goldberg 1994: 185-205; Mills 1997: 9-40; Sullivan & Tuana 2007). É preciso pressupor que imagens das minorias raciais são potencialmente carregadas de tensões e expectativas sobre o belo, humano, avançado e moderno. Até pouco tempo atrás, grupos nativos eram transportados para o continente europeu para servirem como zoológicos humanos (Vieira 2019: 317-357). A mesma crítica tem sido feita aos museus indigenistas que exibem ou mantêm guardados vestígios materiais não pensados para estarem ali e tampouco para serem exibidos publicamente (Cury 2020a: 14-42; 2020b: 165-191; 2020c: 1338-1353). Mais recentemente, também *tours* em favelas foram criticados por incitar curiosidades mórbidas sobre a vida dos outros (Moraes 2010: 104-118).

O papel de um público responsável não para por aí. É preciso ter em conta que, como argumenta Trouillot (1995: 18), as sociedades brasileira e caribenha, diferentemente das estadunidense e canadense, eram *slave societies* porque escravidão definia todos os aspectos da vida – da economia às relações sociais. Era um fato social total e não um aspecto secundário em importância. Apesar disso, não há bom debate sobre como representar o legado escravocrata nas cidades históricas. Central na economia da capitania, a energia negra não estava apenas nas manufaturas exportadas ou consumidas localmente, nas edificações e infraestruturas erguidas. Contagiava todas as nuances da vida. Apesar disso, pressupõe-se que exibir instrumentos de tortura e de trabalho, exibir registros iconográficos de castigos corporais, ou mostrar condições de trabalho e habitação sejam suficientes para educar especialmente as novas gerações acerca do legado escravocrata. Isso é uma redução. Como na tematização da pousada, a participação afro-brasileira foi reduzida aos papéis de “mães pretas” e “pretos velhos” em funções laborais na casa-grande e no engenho.

Nesse sentido, Jeudy comenta que, na França, com a decadência da indústria, lugares e memórias do trabalho passaram a ser, na década de 1980, patrimonializados num processo que torna o que será salvaguardado livre das tensões trabalhistas e dos antagonismos de classe (Jeudy 2005:25–32). Outrossim, também na tematização – como na patrimonialização – há total apagamento das tensões através do controle do lugar, da narrativa e da representação. Por isso, uma segunda forma de garantir a apreciação responsável é um desdobramento da primeira e envolve manter uma postura crítica aberta a novas possibilidades interpretativas às narrativas oficializadas. Atualmente, afro-

brasileiros seguem lutando para concretizar em vários planos seus direitos à memória, à cidade, à terra e à habitação (Menezes 2008: 1-18; Moraes 2016: 65-93; O'Dwyer 2019: 299-315; Velho 2006: 237-248; Vieira 2007: 153-160). Isso envolve, por exemplo, valorizar as próprias raízes culturais, lutar pelo reconhecimento do direito à terra das comunidades quilombolas, dos ambientes sagrados e pela urbanização das áreas habitadas pelas populações de descendentes de africanos. Envolve também questionar a interpretação nos resquícios das fazendas coloniais e das rotas do tráfico, e a mediação nos museus (Forti 2017: 80-102; Reis & Gomes 2002). Além disso, a crítica aponta que o turismo é uma importante força urbanizadora capaz de criar cidades e de desenvolver novos hábitos e sociabilidades (Lefebvre [1968] 1991; Stock 2007: 115-134; Stock & Lucas 2012: 15-30). Nesse sentido, participar da atividade turística pode contribuir para ampliar esse questionamento.

Uma terceira forma de agir como público responsável é considerar que prevalecem correlações de força desiguais no acesso ao turismo. Para turistas, isso significaria contar com poucos consortes afrodescendentes. Não que não tenha havido mobilidades para africanos ou afro-brasileiros (Medeiros-Freire & Pinho 2016: 5-16). Pelo contrário, são grupos sociais marcados por constantes deslocamentos. Entretanto, como Cocks (2001), Clifford (1997a: 17-46, 1997b: 185-259) e Nelson (2007: 45-55) apontam, há uma distinção entre viajante e turista. O turismo, popular hoje em dia, era uma opção de lazer difícil e circunscrita a pessoas abastadas. Principalmente, era uma opção para descendentes de europeus. Até hoje, o turismo não é um direito universal. Africanos e descendentes nas Américas estiveram associados ao deslocamento em função de rotas mercantis e ciclos econômicos. Quando não estavam em deslocamentos comerciais, estavam em fuga contra a escravidão (Cooper 2007; McKittrick 2006). Similarmente, a hospedagem não é uma opção para todos: trabalhadores não documentados movendo-se do Sul para o Norte Global viajam em grande perigo, não usufruem de conforto e não costumam se hospedar. Pessoas não brancas não são ícones de exploradores e descobridores, como o arqueólogo Indiana Jones, do médico da ajuda humanitária dos filmes ambientados na África e tampouco do turista.

Uma quarta e última forma de problematizar a responsabilidade do turista histórico e consumidor envolve pensar alternativas que estimulam a economia local, usufruindo suas potencialidades e produzindo oportunidades de vivências culturais que valorizam a diversidade sem reificar padrões epistemológicos racistas. Muitos afro-brasileiros preferem consumir bens culturais indubitavelmente associados ao universo simbólico negro. Isso pode envolver a adesão ao consumo de referenciais nacionais ou estrangeiros,

por exemplo da música e moda, e a não participação em outras práticas de consumo incapazes de prover-lhes a mesma qualidade, por não empregarem afro-brasileiros ou por violarem direitos trabalhistas etc. Turistas históricos responsáveis podem, por exemplo, optar por roteiros e vivência de consumo conscientes reforçando vínculos com afro-brasileiros. É possível aderir ao *buycott* comprando em estabelecimentos comerciais de afro-brasileiros ou de empregadores que seguem políticas mais justas de contratação e remuneração.

A busca pela mediação responsável

As observações realizadas nas visitas sugeriram uma conformação, ou aderência, das sociabilidades ao poder normalizador exercido pelas práticas econômicas em associação às políticas patrimoniais da cidade e do estado goianos. Movimentos significativos no sentido de questionar e modificar as hierarquias que se manifestam localmente não têm sido criados pelo governo local. Exemplo disso são as políticas públicas que preveem reservas de vagas para negros em concursos públicos, ingresso no ensino superior e na pós-graduação, e programa descentralizados como o Cultura Viva (Baron 2019: 235-251; Carvalho & Segato 2004: 9-59; Turino 2010). São frutos de lutas dos diversos movimentos sociais negros e de setores progressistas dentro das universidades e de setores públicos.

No caso da pousada, há inúmeras possibilidades de tematização que contribuem para reverter dissonâncias cognitivas. Cabe aos gestores do estabelecimento criar uma política mais democrática de tematização, que ajuste a representação negra à sua real contribuição histórica. Chouliaraki (2006: 97-117) corrobora esse entendimento ao dizer que a mediação não se restringe a agir sobre um público pré-existente, mas tem o poder de constituir o público. A autora analisou notícias de jornais e constatou que as matérias seguem uma estrutura que bloqueia sentimentos de empatia. Em outros termos, as notícias são produzidas de maneira a sugerir que comportamento é apropriado para recepcioná-las. Isso também é perceptível no caso da tematização da casa-grande e do engenho de açúcar.

A tematização da pousada apela de maneira acrítica a um mundo Disney ao contrário (Bryman 1999: 25-47). Ou, como sugerem Sá Barreto e Medeiros (2020: 667-691), a um mundo “sadista” e rural que continua implicado nas relações econômicas e nas políticas urbanas contemporâneas. Um mundo onde há escravos, escravos, senhores e convidados, e onde os primeiros devem ser menos interessantes, atraentes e felizes que os últimos. A mensagem da tematização pressupõe a vitória do legado luso-brasileiro,

e não o reconhecimento de uma comunidade multicultural, diversa e democrática tentando corrigir injustiças. Na cidade como um todo, isso tem se dado através do apelo ao particularismo dessa experiência luso-brasileira, e não à sua universalidade. Poucos desbravadores adentraram uma terra hostil e inóspita no interior do país (McCreery 2006: 1-23; Sandes & Arrais 2013: 847-861; Wiegman 1999: 115-150). Os donos da pousada desenvolveram uma narrativa na qual a casa-grande tem como proprietário um senhor de escravos. Seus hóspedes podem vivenciar seus sabores como se senhores fossem, pois o fato de estar numa cidade do circuito histórico a autoriza a valer-se de qualquer nuance de um passado colonial entendido como sofrido e heroico como estratégia de tematização. Ao hóspede, dificilmente seria possível identificar-se com uma “mummy” ou com um “Uncle Tom”, estando na casa do senhor cercado pelos prazeres proporcionados aos proprietários das fazendas graças ao trabalho escravo.

Então, da parte dos gestores, corrigir distorções cognitivas envolveria delinear uma política crítica de tematização através da pesquisa e, quiçá, de consultoria especializada (Bright, Alderman & Butler 2018: 1743-1760). É importante considerar que já há uma expressiva classe média negra no país que questionará a representação da sua participação na história do ciclo do ouro, não aceitando versões que reatualizam dissonâncias cognitivas. Pesquisas apontam inovações advindas de empreendedores no campo do turismo, em *plantation museums* nos Estados Unidos, e no campo das políticas patrimoniais no Brasil, como tombamentos de comunidades quilombolas e terreiros de candomblé. Mais expressividade da classe média negra deve pesar positivamente no rol de motivos para ampliação de bens e serviços do turismo histórico preocupados com a representatividade positiva dos afro-brasileiros.

Os gestores dos empreendimentos são parte fundamental na educação para o turismo histórico. Cabe-lhes corrigir dissonâncias cognitivas, por exemplo através da exploração de dinâmicas culturais e artísticas – como teatro, poesia e artes plásticas –, que possibilitam criticar a historiografia. Ao invés de tematizar uma casa-grande e um engenho de açúcar, e marcar a presença negra com objetos estereotipados, podem investir em feiras e apresentações culturais como saraus, peças teatrais, festivais e exposições, convidando artistas e personalidades negras para protagonizarem esses eventos. Benjamin e Alderman (2018: 270-282) destacaram o uso do teatro para criar empatia. Os pesquisadores entrevistaram gestores de três *plantation museums* em North Carolina, que buscaram inovar e diversificar as formas de apresentação do cotidiano de africanos e descendentes durante o cativeiro. Para isso, contrataram um grupo de atores negros. Ainda que apenas uma mulher dentre os gestores fosse afro-americana, o protagonismo

negro foi crucial para inovar a estratégia de comunicação com o público. A dinâmica envolveu selecionar e dramatizar cinco relatos de pessoas que passaram pela experiência da escravidão – textos esses patrimonializados ainda na década de 1930 (McKittrick 2006).

No campo da arte pública, há inúmeras possibilidades a serem exploradas. A cidade de Boston, através da artista Meredith Bergmann, homenageou a poetisa afro-americana Phillis Wheatley, que passara pela experiência do cativo, juntamente com outras duas mulheres memoráveis erigindo o Boston Women's Memorial¹³. A artista comentou que normalmente homens brancos têm monumentos públicos erguidos em sua homenagem, e esse era um fato a ser mudado (Knauss 2009: 17-29). Foi construído um pedestal para cada mulher homenageada. Ao invés de estender-se sobre ele, cada uma o está usando da forma que mais lhe convém – Wheatley parece que acabou de pensar num novo poema. Felizmente, houve patrimonialização dos seus registros poéticos. Na cidade de Savannah, na Georgia, um projeto de arte pública ocasionou intenso debate sobre onde ficaria a escultura homenageando os africanos escravizados. Alguns afro-americanos queriam que o monumento fosse erguido próximo ao Rio Savannah e voltado para o continente africano. No entanto, a prefeitura argumentou que o local proposto abrigaria banheiros públicos para turistas. Alegou até que o texto escolhido para o memorial, um excerto poético de Maya Angelou, era muito tenso e poderia provocar instabilidade emocional nos visitantes (Alderman 2010: 90-101). Erigir um monumento público foi um bom exercício para perceber as tensões presentes nas políticas de memória. Ao invés de um mal a ser evitado, o debate é um momento rico a ser estimulado. No caso de Savannah, permitiu perceber choques de valorização.

Conclusão

Como foi apresentado, para Chouliaraki (2006: 97-117) a mediação forma o público. A pousada casa-grande e engenho de açúcar e a cidade histórica parecem aprioristicamente indicar o caminho que turistas devem seguir: aquele que reconhece a supremacia da matriz civilizatória branco-portuguesa numa versão da diversidade que representa mal as mulheres negras e os afro-brasileiros. O fato de órgãos do patrimônio contribuírem para tal versão e estarem presentes na cidade funciona como o último quinhão de legitimação daquilo que salvaguarda para gerações futuras (Abreu 2005: 37-52; Sant'anna 2015). Ainda prevalece forte associação entre patrimônio material e herança portuguesa, porque

13 A Prefeitura de Boston disponibilizou um dossiê sobre o Memorial, ver "The Boston Women's Memorial". Disponível em <https://bit.ly/30kqv9g> Acesso em 11 de abril de 2021.

boa parte das edificações por onde passaram os afro-brasileiros, não sendo vistas como históricas e universais, sofreram arruinamento e, por fim, foram dissipadas da paisagem urbana. As edificações que permanecem mantêm também a versão escravocrata dos fatos, que se espalha até mesmo onde há vasta liberdade de escolha, como na tematização dos estabelecimentos comerciais.

No que se refere às estátuas e estatuetas das *sexy “mammies”* e dos “Uncles Tom”, embora concepção e fabricação não sejam problemas suscitados pela pousada, pois ao que parece seus gestores estão a investir na cadeia produtiva local, pode-se defender que a reprodução de rótulos raciais não prejudica apenas a imagem dos afrodescendentes. Prejudica também a criatividade artística e a fruição estética. O problema da perda da aura, bem como da reprodutibilidade dos objetos artísticos pelo avanço técnico, problematizados por Benjamin ([1936] 2010), trouxe importantes questionamentos para o mundo das artes. Fez ruir por terra a certeza de que o objeto artístico era dotado de uma existência única e que era isso o que lhe dava autenticidade. Além disso, artistas populares, que não passaram pelo treino acadêmico, são contemporaneamente consagrados pela crítica, como Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Ou seja, a distinção entre arte, indústria e artesanato, se existe, é cada vez mais tênue. Há um vasto leque de possibilidades a ser explorado, tanto nos aspectos técnicos quanto temáticos. Embora não tenha sido o enfoque do artigo, a produção artesanal é um profícuo setor da economia criativa. Apesar desse fato, uma das características das peças analisadas é o baixo valor artístico, o que significa pouco investimento em pesquisa e concepção. Desse modo, fica evidente que há muito a ser feito em referência à produção artesanal (Ministério da Cultura 2017).

Do ponto de vista de turista, entende-se que envolver a comunidade no debate e exigir que a herança colonial seja apresentada do ponto de vista das mulheres negras, especialmente das engajadas com a agenda política do movimento negro de mulheres, é a maneira mais acertada para o futuro das políticas de patrimônio e do turismo. Como apresentam Baron (2019: 235-251) e Silva (2019), com a descentralização do Programa Cultura Viva, várias prefeituras criaram editais de premiação para segmentos sociais específicos. A secretaria de cultura pode investir em projetos de democratização do fazer cultural para enriquecer o leque das agendas de eventos e beneficiar produções negras também em outras áreas da cidade (Turino 2010). Além disso, o Brasil conta com uma expressiva classe média negra, disposta a investir no município e a pagar por bens de consumo e serviços de qualidade. Estabelecimentos turísticos devem potencializar sua atratividade junto a esse público. Entre questões de ordem cognitiva, econômica e simbólica, está uma comunidade negra com poder de compra e capacidade empreendedora

(Figueiredo 2012; Rafael *et al.* 2008: 116).

É responsabilidade do poder público conceber estratégias que permitem o debate e os caminhos institucionais que tornarão possível o redesenho técnico-burocrático e a dotação orçamentária para o realinhamento de políticas. Além disso, há margens de manobra locais para acordos de cooperação técnica e parcerias que podem envolver universidades, órgãos do patrimônio e empreendedores do setor de turismo. Tais parcerias podem ter como objetivo uma política de representatividade dos afrodescendentes direcionada aos estabelecimentos da cadeia produtiva do turismo. Seria um profícuo começo e uma aproximação necessária e atendida com as demandas de uma sociedade democrática. Espera-se daí que surjam novas tematizações para as pousadas e novas linguagens para a produção artesanal das cidades históricas do ciclo da mineração, da perspectiva de que o presente é uma ponte entre passados que não deixaram saudades e futuros de novas e inventivas possibilidades.

Referências

- ABREU, Regina. 2005. “Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio”. *Sociedade e Cultura*, 8(2):37-52.
- ALBERNAZ, Renata Overhausen. 2020. “Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil”. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, 58(out-dez):1-19.
- ALDERMAN, Derek H. 2010. “Surrogation and the politics of remembering slavery in Savannah, Georgia (USA)”. *Journal of Historical Geography*, 36(1):90-101.
- ALLIS, Thiago. 2016. “Em busca das mobilidades turísticas”. *Plural*, 23(2):94-117.
- ANDERSON, Benedict. 1991. “Census, map, museum”. In: *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Revised ed. New York: Verso. pp. 163-186.
- ARAÚJO, Joel Zito. 2000. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Senac.
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. 1987. “Introdução”. In: *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 17-32.
- AZEVEDO, Heloisa Pereira Lima; ALVES, Adriana Melo. 2010. “Rides – por que criá-las?”. *Geografias*, 06(2):87-101.
- BAPTISTA, Luís. 2016. “A dimensão lúdica da cidade: uma perspectiva de análise a propósito da programação global de lugares para o entretenimento urbano”. In: N. M. Augusto (ed.), *Sociedade em debate*. Lisboa: Edições Húmus. pp. 349-363.
- BARON, Lia. 2019. “Fomento às expressões culturais dos territórios periféricos: algumas experiências brasileiras”. In: L. Calabre & A. Domingues (eds.), *Estudos sobre políticas*

culturais e gestão da cultura: análises do campo da produção acadêmica e de práticas de gestão. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. pp. 235-251.

BAUDRILLARD, Jean. [1981] 1991. "A Precensão dos simulacros". In: *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água. pp. 7-57.

BEARDSWORTH, Alan; BRYMAN, Alan. 1999. "Late modernity and the dynamics of quasification: the case of the themed restaurant". *The Editorial Board of the Sociological Review*, 47(2):228-257.

BENJAMIN, Stefanie; ALDERMAN, Derek. 2018. "Performing a different narrative: museum theater and the memory-work of producing and managing slavery heritage at southern plantation museums". *International Journal of Heritage Studies*, 24(3):270-282.

BENJAMIN, Walter. [1936] 2010. *A obra de arte na época da sua reprodução mecânica*. Amadora: Biblioteca Escola Superior de Teatro e Cinema.

BENTO, Maria Aparecida Silva. 2002. "Branqueamento e branquitude no Brasil." In: I. Carone & M. A. S. Bento (eds.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes. pp. 25-58.

BOODMAN, Eva. 2017. *White ignorance and complicit responsibility*. Tese de Doutorado. Department of Philosophy, Stony Brook University.

BOYER, M. Christine. 1994. *The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainments*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press.

BRIGHT, Candace F.; ALDERMAN, Derek H.; BUTLER, David L. 2018. "Tourist plantation owner and slavery: a complex relationship". *Current Issues in Tourism*, 21(15):1743-1760.

BRYMAN, Alan. 1999. "The disneyization of society". *The Sociological Review*, 47(1):25-47.

CALDWELL, Kia L. 2007. *Negras in Brazil: re-envisioning Black women, citizenship and the politics of identity*. New Brunswick: Rutgers University Press.

CARRINGTON, Benjamin. 2012. "Introduction: sport matters, ethnic and racial studies". *Ethnic and Racial Studies*, 35(6):961-970.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. 2004. "Uma proposta de cotas para negros e índios na Universidade de Brasília". *O Público e o Privado*, 3(jan-jun):9-59.

CÉSAIRE, Aimé. 1978. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

CHOULIARAKI, Lillie. 2006. "Adventure news: suffering without pity". In: *The spectatorship of suffering*. London: Sage Publications. pp. 97-117.

CLIFFORD, James. 1997a. "Traveling cultures". In: *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press. pp. 17-46.

_____. 1997b. "Spatial practices: fieldwork, travel, and the disciplining of anthropology". In: A. Gupta; J. Ferguson (eds.), *Anthropological locations*. Berkeley: University of California Press. pp. 185-259.

COCKS, Catherine. 2001. *Doing the town: the rise of urban tourism in the United States*,

1850-1915. Berkeley: University of California Press.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d'Áyala. 2010. "Ciudad de Goiás. Desafios para el presente". *Apuntes*, 22(2):204-215.

COOPER, Afua. 2007. *The hanging of Angélique: the untold story of Canadian slavery and the burning of Old Montréal*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press.

CURY, Marilia Xavier. 2020a. "Repatriamento e remanescentes humanos - musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas". *Em Questão*, 26(0):14-42.

_____. 2020b. "Política de gestão de coleções: museu universitário, curadoria indígena e processo colaborativo". *Revista CPC*, 15(30):165-191.

_____. 2020c. "Povos indígenas e museologia - experiências nos museus tradicionais e possibilidades nos museus indígenas". In: B. B. Soares (ed.), *Descolonizando a Museologia - museus, ação comunitária e descolonização*. Paris: Icofom; Icom. pp. 1338-1353.

DÁVILA, Jerry. 2003. "Building the 'Brazilian man.'" In: *Diploma of Whiteness: race and social policy in Brazil, 1917-1945*. Durham: Duke University Press. pp. 21-51.

FARIAS, Ricardo Chaves de; SOUZA, Mariana Rezende; COELHO, Lucas Lima. 2018. "Representações do Entorno do Distrito Federal na geografia escolar: um estudo de Valparaíso de Goiás". *Itinerarius Reflectionis - Revista Eletrônica da Graduação/Pós-Graduação em Educação*, 14(2):1-17.

FEATHERSTONE, Mike. 1990. "Perspectives on consumer culture". *Sociology*, 24(1):5-22.

FIGUEIREDO, Ângela. 2012. *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. 2017. "Memória, patrimônio e reparação: políticas culturais no Brasil e o reconhecimento da história da escravidão". *Mosaico*, 8(12):80-102.

FOUCAULT, Michel. [1971] 1999. *A Ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

FREITAG, Bárbara. 2003. "A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras". *Caderno CRH*, 16(38):115-126.

FREYRE, Gilberto. [1933] 2003. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. Rio de Janeiro: Global Editora.

FURTADO, Celso. 1999. *Formação econômica do Brasil*. 29ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

GOLDBERG, David Theo. 1994. "'Polluting the body politic': race and urban location". In: *Racist culture: philosophy and the politics of meaning*. Reprinted. Oxford: Blackwell. pp. 185-205.

GOULART, Bruno. 2020. "Culturas populares, política cultural e o encontro de culturas tradicionais da Chapada dos Veadeiros - GO (2000-2020)". *Vivência - Revista de Antropologia*, 55(0):147-173.

HALL, Stuart. 1997a. "The work of representation". In: S. Hall (ed.), *Representation: cultural*

representations and signifying practices. London: Sage Publications; The Open University. pp. 15-30.

_____. 1997b. "The spectacle of the "other". In: S. Hall (ed.), *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage Publications; The Open University. pp. 223-290.

HARAWAY, Donna. 1988. "Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective". *Feminist Studies*, 14(3):575-599.

HESSE, Barnor. 1997. "White governmentality: urbanism, nationalism, racism". In: S. Westwood & J. Williams (eds.), *Imagining cities: scripts, signs, memory*. London: Routledge. pp. 85-102.

HILL COLLINS, Patricia. 2000. "Mammies, matriarchs, and other controlling images". In: *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2nd ed. New York: Routledge. pp. 69-96.

HOLSTON, James. 1989. *The modernist city: an anthropological critique of Brasilia*. Chicago: University of Chicago Press.

JACQUES, Paola Berenstein. 2003. "Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?". *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, 6(1):32-39.

JEUDY, Henri-Pierre. 2005. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

_____. 2006. "Maquinaria patrimonial". *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, 6(1):74-79.

KNAUSS, Paulo. 2009. "Arte pública e direito à cidade: o encontro da arte com as favelas no Rio de Janeiro contemporâneo". *Tempo e Argumento*, 1(1):17-29.

LEENHARDT, Jacques. 2013. "Jean-Baptiste Debret: um olhar francês sobre os primórdios do Império Brasileiro". *Sociologia & Antropologia*, 3(6):509-523.

LEFEBVRE, Henri. [1968] 1991. *O direito à cidade*. 5^a ed. São Paulo: Centauro.

McCREERY, David. 2006. "Introduction". In: *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford: Stanford University Press. pp. 1-23.

McKITTRICK, Katherine. 2006. *Demonic grounds: Black women and the cartographies of struggle*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

MEDEIROS-FREIRE, Bianca; PINHO, Patrícia de Santana. 2016. "O Turismo num mundo de mobilidades". *Plural*, 23(2):5-16.

MENEZES, Palloma Valle. 2008. "Quando a favela se torna museu: reflexões sobre os processos de patrimonialização e construção de uma favela carioca como destino turístico". In: *V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul, Brasil: V SeminTUR, pp. 1-18.

MILLS, Charles Wade. 1997. "Overview". In: *The racial contract*. Ithaca: Cornell University Press. pp. 9-40.

MINISTÉRIO DA CULTURA. 2017. *Plano setorial do artesanato 2016-2025*. Brasília: MinC; Sec.

MORAES, Camila Maria dos Santos. 2010. "Turismo e o museu de favela: um caminho para novas imagens das favelas do Rio de Janeiro". *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, 4(1):104-118.

MORAES, Camila. 2016. "Turismo em favelas: notas etnográficas sobre um debate em curso". *Plural*, 23(2):65-93.

MORRISON, Toni. 1992. *Playing in the dark: Whiteness and the literary imagination*. New York: Vintage Books.

NASCIMENTO, Abdias do. 1989. "Genocide: the social lynching of Africans and their descendants in Brazil". In: *Brazil, mixture or massacre? Essays in the genocide of a Black people*. 2nd ed. Dover: The Majority Press. pp. 57-90.

NELSON, Charmaine A. 2001. *Narrating Blackness: studies in femininity, sexuality and race in European and American art of the nineteenth-century*. Tese de Doutorado. Department of Art History and Archaeology, University of Manchester.

_____. 2007. "'Taste' and the practices of cultural tourism: vision, proximity, and commemoration". In: *The Color of stone: sculpting the Black female subject in nineteenth-century America*. Minneapolis: University of Minnesota Press. pp. 45-55.

O'DWYER, Eliane Cantarino. 2019. "Territórios em disputa e a prática profissional do antropólogo". In: I. Tamaso; R. de S. Gonçalves & S. Vassalo (eds.), *Antropologia da esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Goiânia: Imprensa Universitária. pp. 299-315.

PIERRE, Jemima. 2006. "Anthropology and the race of/for Africa". In: P. T. Zeleza (ed.), *The study of Africa*. Dakar: CODESRIA. Volume 1: Disciplinary and interdisciplinary encounters. pp. 39-61.

_____. 2008. "Activist groundings or groundings for activism? The study of racialization as a site for political engagement". In: C. R Hale (ed.), *Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship*. Berkeley: University of California Press. pp. 115-135.

RAFAEL, Luciana J. et al. 2008. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 após a abolição*. Brasília: Ipea.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. 2001. "Quilombo: Brazilian maroons during Slavery". *Cultural Survival*, 25(4).

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Izabella. 2020. "Culturas do passado-presente: um estudo sobre o discurso da novidade e as políticas patrimoniais em um Recife de três tempos". *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 05(14):667-691.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. 2013. "História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança". *Varia Historia*, 29(51):847-861.

SANT'ANNA, Márcia. 2015. "Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos". In: M. B. Rezende et al. (eds.), *Dicionário Iphan de patrimônio cultural*. Brasília: Iphan; DAF; Copedoc.

- SANTOS, Sonia Beatriz dos. 2008. *Brazilian Black women's NGOs and their struggles in the area of sexual and reproductive health: experiences, resistance, and politics*. Tese de Doutorado. Department of Anthropology, University of Texas at Austin.
- SCHWARCZ, Lilia M. 1994. "Espetáculo da miscigenação". *Estudos Avançados*, 8(20):137-152.
- SILVA, Marcia Cassiano da. 2019. *Territórios culturais periféricos: análise da Lei do Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo*. Monografia de Especialização. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- SIMMEL, Georg. 1969. "The metropolis and mental life". In: R. Sennett (ed.), *Classic essays on the culture of cities*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc. pp. 47-60.
- STOCK, Mathis. 2007. "European cities: towards "a recreational turn"?. *Studies in Cul-ture, Polity, and Identities*, 7(1):115-134.
- STOCK, Mathis; LUCAS, Léopold. 2012. « La double révolution urbaine du tourisme ». *Espaces et Sociétés*, 3(151):15-30.
- SULLIVAN, Shannon; TUANA, Nancy. 2007. *Race and epistemologies of ignorance*. New York: State University of New York Press.
- TANAKA, Giselle *et al.* (eds.) 2018. *Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. 1995. *Silencing the past: power and the production of his-tory*. Boston: Beacon Press.
- TURINO, Célio. 2010. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi.
- VARGAS, João H. da Costa. 2004. "Hyperconsciousness of race and its negation: the dialectic of white supremacy in Brazil". *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 11(4):443-470.
- VELHO, Gilberto. 2006. "Patrimônio, negociação e conflito". *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 12(1):237-248.
- VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. 2007. "Maré: casa e museu, lugar de memória". *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, 3(0):153–160.
- VIEIRA, Marina Cavalcante. 2019. "A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de Índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro". *Horizontes Antropológicos*, 25(53):317-357.
- WIEGMAN, Robyn. 1999. "Whiteness studies and the paradox of particularity". *Boundary 2*, 26(3):115–150.

Recebido em 09 de outubro de 2020.

Aceito em 22 de junho de 2021.